



Roosevelt Pinheiro

Heloísa Helena anuncia: 27 senadores apóiam continuidade

Mais tempo para a CPI dos Sanguessugas

Heloísa Helena (PSOL-AL) anunciou ter conseguido as 27 assinaturas de senadores necessárias ao pedido de prorrogação por 40 dias dos trabalhos da CPI dos Sanguessugas, que deve encerrar suas atividades no próximo dia 19.

Durante todo o dia, os deputados Fernando Gabeira (PV-RJ) e Raul Jungmann (PPS-PE) buscaram na Câmara o número mínimo de 171 assinaturas necessárias. Jungmann diz ter conseguido cerca de 60 apoios – o que considerou excelente para o primeiro dia da coleta, que deve se estender até amanhã.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a comissão tem autonomia para decidir sobre seu funcionamento.

Projeto da Super-Receita passa na primeira votação

Comissão de Assuntos Econômicos acolhe proposta que unifica secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária. Presidente do Senado espera decisão rápida do Plenário

O projeto que institui a Secretaria da Receita Federal do Brasil será examinado agora pela Comissão de Constituição e Justiça. O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que negociará com os líderes partidários para que a matéria seja logo submetida ao Plenário. A CAE também aprovou ontem empréstimo de US\$ 30 milhões do Banco Mundial a Pernambuco e a inclusão de 58 municípios de Minas Gerais na área de atuação do FCO. **Páginas 3 e 4**



Célio Azevedo

Ao lado de Luiz Otávio, Rodolpho Tourinho (D) apresenta o parecer que foi aprovado pelos integrantes da comissão



Roosevelt Pinheiro

Apesar do apelo de governistas, oposição protesta contra caos em aeroportos e não vota

Senado tenta votar MPs e indicações de autoridades

Um protesto de senadores da oposição contra a crise no tráfego aéreo adiou votações de ontem.

Hoje, o Plenário tenta deliberar sobre medidas provisórias e indicações de autoridades. **Página 2**

Escola pode ensinar empreendedorismo

Ensinos médio e profissionalizante devem ajudar aluno a conduzir negócio. **Página 8**

Pai separado deve ter informação sobre filho

Projeto de Cristovam Buarque aprovado na CE obriga escola a enviar dados. **Página 8**

Mérito prevalece no serviço público, afirma Renan

Presidente do Senado diz que fim de práticas como o favorecimento contribui para melhorar padrão do serviço público. **Página 7**



J. Freitas

Renan (D) assina convênio com Palmeira e Aldo para curso sobre orçamento

Caos nos aeroportos derruba acordo. Hoje, Plenário faz nova tentativa de deliberação sobre MPs e autoridades

Em protesto contra crise no tráfego aéreo, Plenário adia votações

Após mais um dia de atrasos nos aeroportos de todo o país – motivados por uma falha na comunicação do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo, em Brasília (Cindacta 1) –, os senadores decidiram obstruir a pauta da Casa. Com isso, deixaram de votar indicações do governo para cargos nas agências reguladoras e embaixadas e duas das medidas provisórias (MPs) que constam na ordem do dia, segundo acordo feito na véspera.

A proposta de obstrução foi apresentada pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que disse não ser possível votar qualquer matéria “neste momento de caos”, sem que o governo tome providências. O líder do PFL, José Agripino (RN), concordou: – O Senado precisa dar um grito de alerta, e a imprensa deve registrar esse protesto, para que fique claro que não estamos de acordo com a passividade do governo – observou.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) chegou a propor que se votassem ao menos duas indicações para as agências, e obteve o apoio de alguns colegas, inclusive do presidente Renan Calheiros. No entanto, a idéia da obstrução como protesto prevaleceu, com o compromisso dos líderes de que, na sessão delibe-

rativa de hoje, cuja ordem do dia foi antecipada para as 15h, haverá esforço para votação, ao menos, das indicações da Presidência da República e das primeiras MPs da pauta. Se houver acordo, outras matérias podem ser votadas.

O primeiro item da pauta é o Projeto de Lei de Conversão 22/06, proveniente da Medida Provisória 316/06, que concedeu reajuste de 5,01% para as aposentadorias com valores acima de um salário mínimo. Esse tema voltou ao Congresso depois de o presidente Lula ter vetado, em julho deste ano, reajuste de 16,67% para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), aprovado pelos parlamentares por meio de emenda à MP 288/06, que aumentou o salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350. O reajuste de 5,01% vale para todos os benefícios concedidos até 30 de abril de 2005, e será aplicado proporcionalmente aos concedidos de 1º de maio de 2005 a 31 de março de 2006.

Já o PLV 23/06 – proveniente da MP 317/06 – amplia o número de beneficiários das renegociações de dívidas rurais, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

▶ **Mais sobre crise na aviação na página 6**

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário terá sessão deliberativa

A sessão começa às 14h. Entre os 13 itens da pauta estão propostas de emendas constitucionais (PECs)

como a que altera o prazo do mandato do presidente da República e proíbe a reeleição. Será analisado

ainda projeto que estabelece maior fiscalização sobre os fundos de previdência complementar.

CAS debate contribuição assistencial

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 9h30 para discutir e votar várias proposições. Uma delas é o projeto de lei que dispõe sobre a contribuição assistencial destinada a financiar atividades

sindicais. Entre os 17 itens em pauta no colegiado encontra-se ainda o substitutivo ao projeto de lei que regulamenta o exercício da profissão de médico e que terá votação em turno suplementar.



Investimentos da Petrobras na Bolívia

Constam da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) as negociações entre os governos brasileiro e boliviano sobre os

investimentos do Brasil naquele país voltados à exploração e comercialização de gás natural pela Petrobras. A reunião ocorre às 14h.

Estão convidados o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli.

Censo Agropecuário Brasileiro

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se às 11h30 para discutir e votar uma pauta de quatro itens. Entre eles, dois projetos que alteram a lei que estabelece procedimentos para o

processo de desapropriação de terras para fins de reforma agrária (Lei 76/93-Complementar). Também deve ser analisado requerimento que pede a realização do Censo Agropecuário Brasileiro em 2007.



CPMF pode tornar-se contribuição permanente

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) poderá passar a ser permanente, com redução gradual de alíquotas até chegar a um valor fixo de 0,08%. Proposta de emenda

à Constituição nesse sentido, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), está na pauta que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa hoje, às 10h.

CPI dos Sanguessugas

A CPI dos Sanguessugas ouve, às 10h, o depoimento de Diógenes Curado, delegado da Polícia Federal responsável pela investigação da tentativa de compra de dossiê que conteria denúncias contra candidatos tucanos.

Comissão de Orçamento

Estão marcadas para hoje às 10h, às 14h30 e às 18h reuniões da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Serão examinados projetos de lei que prevêm abertura de créditos extraordinários ao orçamento de ministérios e de empresas estatais.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza, Papatéo Paes, Mozarildo Cavalcanti e Romeu Tuma e pela senadora Serys Slhessarenko



Paim informa que acompanhou debates no Rio Grande do Sul sobre Orçamento

Paim participa de movimento por maior salário

Paulo Paim (PT-RS) informou que participará, hoje, do movimento a favor de aumentos reais para o salário mínimo, promovido por seis centrais sindicais em Brasília. O senador também comunicou ter acompanhado, junto com os senadores gaúchos Pedro Simon (PMDB) e Sérgio Zambiasi (PTB), na segunda-feira, em diversos municípios do Rio Grande do Sul, reuniões com o relator-geral do Orçamento da União, senador Valdir Raupp (PMDB-RO) e autoridades e representantes da sociedade civil daquele estado.

A agenda cumprida pelos senadores incluiu debates com o setor produtivo.



Pavan pede liberação de emendas que beneficiam região turística

Pavan quer liberação de recursos para Santa Catarina

Leonel Pavan (PSDB-SC) apelou ao governo federal para que libere emendas parlamentares ao Orçamento da União, de sua autoria, destinadas ao financiamento do turismo em Santa Catarina. Presente em Plenário, Aloizio Mercadante (PT-SP) informou já haver acertado com a Casa Civil a concessão de um limite de crédito extraordinário ao Ministério do Turismo para que o pedido de Pavan possa ser atendido até o final do ano. Pavan enfatizou as excelentes condições de infraestrutura turística dos municípios de Santa Catarina e alertou o governo para a necessidade de liberar rapidamente os recursos.

CAE acolhe substitutivo de Rodolpho Tourinho que funde secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária. Matéria vai agora ao exame da CCJ

Projeto da Super-Receita é aprovado em comissão

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem parecer favorável do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) ao projeto de lei que institui a Secretaria da Receita Federal do Brasil, conhecida como Super-Receita. A matéria deverá ser analisada agora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLC 20/06) funde a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda (SRF) com a Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social (SRP). Segundo Tourinho, que aperfeiçoou seu parecer a partir de acertos com o governo nas últimas semanas, o projeto promove significativa alteração na organização administrativa do setor de arrecadação e fiscalização de tributos de competência da União.

O parecer do relator foi aprovado com apenas uma modificação: estendeu-se de 12 para 24 meses, na Emenda 108, o prazo em que a empresa fica sob fiscalização. A emenda, que já havia sido acatada por Tourinho, fixa prazos para a administração tributária, mas se refere especificamente aos procedimentos de fiscalização. Para evitar as situações em que a empresa fica anos sob fiscalização, pretende-se limitar esse período em até 24 meses. A emenda fixava esse prazo em até 12 meses, mas, com a concordância do relator e do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), ficou acordado que o prazo seria estendido.

Foi o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que pediu o alargamento desse prazo. A Emenda 108 é de autoria dos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Arthur Virgílio (PSDB-AM). Os outros três destaques a emendas colocados



À mesa com Luiz Otávio (D), Rodolpho Tourinho defende sua proposta

em votação foram rejeitados pelo relator e também pela comissão.

A Super-Receita será dirigida pelo secretário da Receita Federal do Brasil e terá competência para arrecadar, fiscalizar, administrar, lançar e normatizar o recolhimento de quase a totalidade dos impostos e contribuições que cabem à União.

Fiscalização

O projeto prevê a possibilidade de fiscalizar contribuições devidas a terceiros que tenham a mesma base utilizada para o cálculo das contribuições incidentes sobre a remuneração paga, devida ou creditada a segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Poderá também fiscalizar contribuições incidentes sobre outras bases a título de substituição, mediante retribuição de 3,5% do total arrecadado, como explicou o relator.

A proposição disciplina ainda os procedimentos para redistribuição de servidores e transferência de cargos efetivos e em comissão, de bens imóveis e móveis e dotações orçamentárias do Ministério da Previdência Social e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o novo órgão. Propõe a criação da carreira de auditoria

da Receita Federal do Brasil, que seria composta pelos cargos de nível superior de auditor-fiscal e de analista-técnico, fixadas sua remuneração e atribuições. Esses cargos são atualmente exercidos pelos auditores da Receita Federal e auditores-fiscais da Previdência Social.

O produto das contribuições sociais, constitucionalmente vinculadas ao pagamento de benefícios do Regime Geral da Previdência Social, será mantido em contabilidade e controle próprios e segregado dos demais tributos e contribuições sociais. Essas contribuições serão creditadas no Fundo do Regime Geral de Previdência Social. Para controle desses recursos, o projeto determina que a Super-Receita deverá prestar contas ao Conselho Nacional de Previdência Social, que administra o sistema previdenciário.

A proposta da Super-Receita cria 60 cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS), sendo cinco DAS 3 e 55 DAS 2. Esses cargos têm por objetivo colocar em exercício funcionários nos órgãos também a serem criados, que são cinco delegacias de julgamento e 60 turmas de julgamento.

Renan destaca importância da proposta

Momentos depois de a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovar parecer favorável ao projeto que unifica a Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Fazenda, e a Secretaria da Receita Previdenciária, do Ministério da Previdência e Assistência Social, o presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que

reunirá os líderes partidários para que a matéria vá logo a Plenário.

– Essa é uma das prioridades que pretendemos pautar. Vamos conversar com os líderes porque, ao final e ao cabo, a decisão é deles. Mas nós vamos conduzir no sentido de que tenhamos logo essa votação.

Indagado pelos jornalistas por que considera esse projeto, conhecido como Super-Receita, tão importante, Renan explicou que a iniciativa é valiosa para o Brasil.

– Acertado o consenso com relação a esse projeto e ao seu mérito, é importante ir a Plenário. Isso é importante para o funcionamento do país.



Para Sibá, não existe necessidade de reforma previdenciária imediata

Arrecadação da Previdência cresce e anima Sibá

Sibá Machado (PT-AC) destacou o crescimento da arrecadação da Previdência Social neste ano. A receita obtida entre janeiro e outubro, ressaltou o senador, alcançou R\$ 104,23 bilhões, valor 15,55% superior ao recolhido no mesmo período de 2005. Entre os fatores que contribuíram para esse resultado, o parlamentar citou o aumento da massa salarial e o crescimento do número de empresas que aderiram ao Simples.

– Hoje eu tenho a convicção de que não precisaremos, tão cedo, pensar em reforma previdenciária – declarou, observando que é necessário estudar os fatores que provocam o déficit previdenciário.



Tuma observa que sistema contribui para o planejamento de políticas públicas

Tuma comemora premiação do Siga Brasil

Romeu Tuma (PFL-SP) comemorou a conquista, pelo Siga Brasil – sistema de transparência orçamentária do Senado Federal –, do Prêmio Brasil de Tecnologia da Informação e Comunicações aplicadas ao setor público. O prêmio foi concedido por alto colegiado de acadêmicos no final de novembro.

Tuma afirmou que o Siga Brasil é um “instrumento notável” que contribuiu decisivamente para aperfeiçoar o conhecimento sobre o planejamento das políticas públicas e a execução dos gastos. O sistema permite fiscalizar a atuação governamental e a participação social na administração.

Proposta é aprovada na CAE, apesar da oposição de parlamentares dos estados da região Centro-Oeste, que anunciaram interesse em levar discussão a Plenário

Projeto incorpora 58 municípios de Minas Gerais à área do FCO

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a projeto (PLS 277/03) que inclui 58 municípios de Minas Gerais na área de atuação do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste (FCO). Com isso, os municípios ganham a condição de beneficiários dos recursos que financiam projetos produtivos no âmbito desse fundo constitucional.

Assinado por Aelton Freitas (PL-MG), o projeto teve a oposição dos representantes de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul presentes à reunião. Os três estados integram, juntamente com o Distrito Federal, a área de abrangência do FCO. Segundo os senadores, sem a garantia de novos aportes de recursos ao fundo, a inclusão dos municípios mineiros trará perdas para os estados que compõem a área original.

– Para mexer nos recursos do Centro-Oeste, teríamos que alterar o relacionamento entre as grandes regiões do Brasil – argumentou Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Autorizado empréstimo para Pernambuco

A CAE também aprovou parecer favorável a empréstimo de US\$ 30 milhões em favor de Pernambuco, em operação junto ao Banco Mundial. Com garantia da União, o contrato vai financiar a segunda fase do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCR II) no estado.

Na nova etapa, vão ser beneficiadas 80 mil famílias, por meio de ações de infra-estrutura e de desenvolvimento humano. Os recursos vão atender ainda a projetos destinados a comunidades indígenas e quilombolas.

Serão adicionados ao programa mais US\$ 9 milhões, dos quais US\$ 6 milhões de contrapartida do estado e US\$ 3 milhões na forma de participação da comunidade. É o que informa o relator da mensagem (MSF 241/06), Romero Jucá (PMDB-RR), em parecer favorável à proposição.

A matéria irá agora a exame em Plenário, com pedido de urgência aprovado pela comissão.



Para Aelton, autor da proposição, as duas regiões formam uma só economia

Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que atuou como relator, rebateu afirmando que a inclusão dos municípios mineiros irá fortalecer a região do FCO.

– Vamos agregar a ela a força da bancada de Minas – disse.

O autor da proposição justifica a incorporação do trecho mineiro ao FCO sob o argumento de que a área possui características geográficas, econômicas e sociais similares às presentes em Goiás e em Mato Grosso do Sul. Além disso, afirma que há laços econô-

Relatório sobre contrato do ReLuz é arquivado

O arquivamento do relatório que apurou a realização de operação de crédito entre a prefeitura de São Paulo, durante a gestão de Marta Suplicy, e o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (ReLuz) foi aprovada ontem na CAE.

Em seu voto pelo arquivamento, o presidente da comissão, Luiz Otávio (PMDB-PA), afirma que o aditivo contratual firmado entre a prefeitura e a Eletropaulo para a modernização do sistema de iluminação pública não pode ser considerado como uma operação de crédito “porque não houve mudança no investimento físico total, apenas a correção monetária do contrato original”.

A operação foi analisada pela comissão a partir de informações repassadas pelo então ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

micos fortes entre as duas zonas. Na prática, informa o texto, ambas formam uma só economia, “com as mesmas potencialidades e carências”.

A discussão resultou em sete votos a favor e cinco contrários. Outros quatro senadores optaram pela abstenção.

Acolhida em decisão terminativa, a matéria pode, conforme disposições regimentais, seguir direto para exame da Câmara dos Deputados. No entanto, os senadores Válder Pereira (PMDB-MS) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) anteciparam na reunião o interesse em levar a discussão do texto também ao Plenário.

Os municípios que o projeto propõe incluir na área do FCO ficam situados no Triângulo Mineiro e na faixa de até cem quilômetros ao leste da divisa dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. Para isso, o texto define alterações na Lei 7.827, de 1989, que regulamenta dispositivo constitucional sobre os fundos regionais.

Audiência pública debate negociações com a Bolívia

O ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, participarão de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, hoje, às 14h.

O requerimento solicitando a audiência pública é de autoria de Jefferson Péres (PDT-AM). No requerimento (57/06), Jefferson convida as duas autoridades, alegando que devem prestar informações acerca das negociações com o governo da Bolívia no sentido de preservar a integridade dos investimentos, instalações e operações da Petrobras na exploração e comercialização de gás natural naquele país.

Silas Rondeau previu ontem que a Petrobras pode voltar a investir na Bolívia após a homologação da lei de hidrocarbonetos, feita no fim de semana pelo presidente da Bolívia, Evo Morales. O ministro disse que houve uma negociação favorável à Petrobras.



Maguito: superintendência deverá potencializar o desenvolvimento da região

Maguito pede que senadores aprovem a nova Sudeco

Ao comemorar a aprovação da recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) na Câmara, Maguito Vilela (PMDB-GO) fez um apelo aos senadores para que também aprovem a matéria rapidamente, e “para que o presidente da

República a sancione, como tem prometido publicamente”.

Com recursos inicialmente previstos de R\$ 3,5 bilhões, a Sudeco poderá desenvolver projetos integrados, potencializando o desenvolvimento da região, ressaltou o senador, informando que esses recursos virão do Fundo do Centro-Oeste (FCO) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Maguito sugeriu que o novo órgão deve procurar catalisar o interesse de investidores nacionais e estrangeiros, e não apenas apoiar projetos de agricultura e pecuária, como no passado.

– Obras de infra-estrutura, apoio ao turismo e a exploração de novas vias econômicas, como a indústria do biodiesel, devem ser prioridades para a Sudeco, sintonizada com as grandes transformações socioeconômicas pelas quais o Centro-Oeste passou nos últimos anos – defendeu o senador.

Suassuna cobra socorro federal contra a seca

Ney Suassuna (PMDB-PB) fez um apelo ao ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, por socorro à população de municípios da região Nordeste afetados pela seca.

Ele informou que, na Paraíba, quase 70 municípios encontram-se em situação de calamidade, e a população não tem sequer água para beber.

– Precisamos de um plano de atendimento rápido para minorar esse sofrimento.



Suassuna fez apelo por ações em municípios nordestinos onde falta água

Suassuna observa que, enquanto municípios da região Sudeste sofrem com chuvas fortes e inundações, o Nordeste convive com falta d'água. O senador considerou revoltante que, em pleno século 21, populações estejam submetidas a tal estado de privação.

Papaléo critica Lula por crise na agricultura de grãos

Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou o governo federal pela situação da agricultura de grãos no país. O senador afirmou que a crise no setor já dura dois anos e que, nesse período, teria causado um prejuízo de R\$ 30 bilhões aos agricultores brasileiros.

Ele citou a seca, a queda dos preços dos grãos no mercado internacional, a excessiva valorização do real diante do dólar e a má qualidade da infra-estrutura como causas da crise.

– O problema foi agravado pelo contingenciamento de verbas federais para o setor, cujo rigor demorou a ser relaxado pelo governo. Lula só acordou para o fato há pouco mais de uma semana.



Papaléo: rigor do contingenciamento de verbas demorou a ser relaxado

Ao comentar a crise do setor aéreo, Papaléo Paes citou matéria da revista *Veja* segundo a qual o governo federal teria sido alertado pelo Conselho de Aviação Civil (Conac), já em outubro de 2003, para uma série de problemas no setor.

O senador ressaltou ainda a necessidade de providências para evitar que o crescimento do país possa causar a ameaça de um novo “apagão energético”.

Ideli comemora aumento das vendas de feijão e de arroz

Ao comentar recente pesquisa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), comemorou o aumento do consumo de feijão e de arroz no país em 2006.

A senadora disse que dados como a elevação de 4,8% no consumo de feijão este ano indicam uma melhoria na condição de vida dos brasileiros. Quanto ao arroz, completou, o consumo em 2006 será de 13,2 milhões de toneladas, um aumento de 1,5% se comparado a 2005, e de 5,6% em relação à média dos últimos cinco anos.

Esses dados, destacou, refletem o crescimento, em torno de 11%, do consumo das famílias das



Para Ideli, maior consumo reflete melhorias nas condições de vida no país

classes D e E, proporcionado pelo aumento do salário mínimo e pelos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Ideli ainda cumprimentou o jornalista Mino Carta (da revista *Carta Capital*) por ter sido homenageado com o prêmio Jornalista do Ano concedido pela Associação dos Correspondentes de Imprensa Estrangeira no Brasil (Acie).



Governabilidade virou apelido de prática depravada, diz Almeida Lima

Almeida Lima critica "adesismo" do PMDB a coalizão

Almeida Lima (PMDB-SE) criticou o que chamou de "adesismo" ao se referir à decisão do seu partido de participar da coalizão de apoio ao governo proposta pelo presidente Lula.

– "Governabilidade", "coalizão" e "entendimento com base em proposta de governo" continuarão sendo os apelidos da prática depravada chamada adesismo – afirmou.

O senador qualificou o PMDB de "adesista", salientando que o partido não quis indicar candidato à Presidência da República nas últimas eleições, "ficando na moita, à espera da abertura das urnas para saber que partido ficaria no governo para pegar a presa fácil, que são os cargos, as benesses, as sinecuras que o governo está, descaradamente, a oferecer, sob a alegação diversa de que é preciso governabilidade".

Para Almeida Lima, a governabilidade decorre da postura que cada governo assume diante do Parlamento.

Osmar repudia carta do PMDB do Paraná

Osmar Dias (PDT-PR) classificou como "ridícula" a carta do PMDB do Paraná que pede a Ney Suassuna (PMDB-PB) para assumir a defesa do governador Roberto Requião contra as denúncias que Osmar faz em Plenário.

– Ninguém e nenhum partido conseguirá me impedir de exercer o mandato parlamentar e o direito de falar o que penso – retrucou.

O senador disse que aqueles que agem assim crêem que o Paraná é sua propriedade e que as pessoas que expõem uma idéia contrária àquilo que pensa o governador têm que ser condenadas.

– O senador Ney Suassuna está sendo convocado para ser o algoz de quem faz, aqui, as críticas ao



Osmar: Suassuna está sendo convocado para ser algoz de quem critica Requião

governador do Paraná – disse.

Osmar citou dados de levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre o aumento das mortes violentas de jovens de 15 a 24 anos em todo o Brasil e, especialmente, no Paraná.

– Se isso está acontecendo, tenho o direito de pensar que as políticas públicas voltadas para educação e geração de emprego estão fracassando.

Oposição critica crescimento econômico do governo Lula

Senadores da oposição voltaram a criticar ontem, da tribuna, o desempenho do governo Luiz Inácio Lula da Silva no campo econômico. Para "destravar" o crescimento brasileiro, José Agripino propôs uma reunião, no Congresso Nacional, entre integrantes do Executivo e parlamentares.

César Borges disse que Lula e Guido Mantega "não podem continuar mentindo ao povo brasileiro". Arthur Virgílio exibiu taxas sobre o crescimento no governo Fernando Henrique e no atual, com relação ao PIB do mundo, para concluir que a administração dos tucanos apresentou melhor resultado.

José Agripino



Debate pode remover obstáculos e "destravar" país

O líder do PFL, José Agripino (RN), convidou, em seu discurso, integrantes do governo federal a discutirem com os parlamentares, em reunião no Congresso Nacional, "o destravamento do crescimento econômico do país". O senador disse que o crescimento anual de 5%, prometido pelo presidente Lula, não é possível, entre outros motivos, em virtude da alta carga tributária, da elevada taxa de juros e do marco regulatório do setor energético.

– Em vez de o presidente da República acenar para a coalizão, deveria acenar para que nos sentemos aqui no Congresso para discutir as formas de baixar as taxas de juros e a carga tributária e de mudar os marcos regulatórios – assinalou o parlamentar.

Agripino salientou que, exceto o Brasil, todos os países que compõem o grupo denominado Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) tiveram crescimento econômico significativo em 2006. Nos últimos 12 meses, afirmou o senador, a China cresceu 10,4%, a Índia 9,2% e a Rússia 6,6%, enquanto o Brasil atingiu menos de 3%.

Para que um crescimento do Brasil acima de 3% seja possível, segundo o líder do PFL, são necessários investimentos em infra-estrutura, atração de investimentos externos, aumento dos investimentos internos e revisão da carga tributária e das taxas de juros do país.

César Borges



Pouca infra-estrutura impede atração de capital estrangeiro

César Borges (PFL-BA) disse que o presidente da República e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, não podem continuar mentindo ao povo sobre o crescimento da economia. O senador lembrou que, no início do seu mandato, Lula prometeu o "espetáculo do crescimento" e, durante a campanha eleitoral, que o Brasil crescerá 5% em 2006.

– Diante da realidade de mais um ano de crescimento pífito, cerca de 2,6%, o presidente vem a público e diz que não está mais pensando em 2006, reconhecendo que foi um ano perdido. Agora, leva a promessa para 2007 e continua enganando o brasileiro, porque não foram feitas as mudanças de base para o país crescer.

César Borges assinalou que o governo Lula não investiu em infra-estrutura, como estradas, portos, aeroportos e energia, o que impede a atração de investimentos estrangeiros.

"Apagão aéreo"

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) culpou o Congresso pelo "apagão aéreo". Segundo ele, não há senadores e deputados com coragem para deter "esse [Hugo] Chávez mirim que é o presidente Lula". Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu aos senadores da oposição que não votassem nada até que o presidente vete item do projeto que acaba com impenhorabilidade da casa própria e dos bens de trabalho.

Arthur Virgílio



Desempenho de hoje é inferior ao do governo FHC

Ao criticar o crescimento econômico do país no governo Lula, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), apresentou dados sobre o aumento do produto interno bruto (PIB) mundial e do país nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso e no governo atual.

Citando artigo do jornalista Vinícius Torres Freire, na edição do dia 19 de novembro do jornal *Folha de S. Paulo*, Virgílio disse que o Brasil cresceu, no primeiro governo de Fernando Henrique, o equivalente a 70% do índice de crescimento mundial e, no segundo, 60%.

Nos quatro primeiros anos do governo tucano, enquanto o PIB no mundo teve taxas anuais de 3,7%, frisou o senador, o Brasil cresceu em média 2,6%, o equivalente a 69% do PIB mundial. Já nos três anos de governo Lula, o PIB do planeta subiu 4,7% ao ano, ao passo que país se manteve nos mesmos índices de 2,6%, desta vez equivalendo somente a 54% do índice de crescimento do mundo, o que daria uma vantagem de 15% para o governo FHC.

Arthur Virgílio salientou que, para o governo Lula "empatar com o segundo mandato de FHC, o Brasil teria de atingir este ano 3,8%, o que, acredita, não ocorrerá, pois previsões da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) apontam para um desempenho de apenas 2,8%.

Senador protesta contra decisão do Senado de aprovar projeto que acaba com impenhorabilidade de bem familiar com valor acima de R\$ 350 mil

Sarney quer veto a projeto que permite penhora de casa própria

José Sarney (PMDB-AP) protestou contra a aprovação pelo Senado, na semana passada, do projeto de lei da Câmara (PLC 51/06) que alterou dispositivos do Código de Processo Civil (CPC) e determinou o fim da impenhorabilidade do imóvel considerado bem de família, se de valor superior a mil salários mínimos (R\$ 350 mil). De iniciativa da Presidência da República, a matéria aguarda a sanção do presidente Lula.

No caso de penhora de imóvel de família acima desse valor, a proposta estabelece que o executado terá direito a receber – livre do risco de impenhorabilidade – quantia correspondente a mil salários mínimos.



Sarney lembra ter instituído a impenhorabilidade da casa própria

O senador, que disse se orgulhar de ter instituído, quando presidente da República, a impenhorabilidade da casa própria, fez uma censura pública ao Senado pela aprovação da mudança.

Sarney também se insurgiu

contra outra alteração no Código de Processo Civil, referente à possibilidade de penhora de até 40% de vencimentos recebidos mensalmente acima de 20 salários mínimos (R\$ 7 mil), excluídos descontos de Imposto de Renda retido na fonte, contribuição previdenciária e outros descontos compulsórios. O senador considerou impossível a manutenção das medidas no projeto de lei aprovado, apelando ao presidente Lula pela rejeição aos dois dispositivos.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), comprometeu-se a acompanhar a questão e propor o veto aos dispositivos contrários às conquistas da sociedade brasileira.

Mercadante defende projetos sobre inclusão digital

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) reivindicou a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de dois projetos de sua autoria que, conforme afirmou, teriam grande alcance político, social e institucional para ampliar a inclusão digital no país. O PLC 75/00 determina que dados sobre licitações de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos três níveis de governo, sejam disponibilizados na rede mundial de computadores. O PLS 119/03 obriga a divulgação na internet de informações sobre licenças ambientais fornecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio



Propostas teriam grande alcance político, social e institucional, avalia Mercadante

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

– É preciso usar a internet como instrumento de política pública e de controle da sociedade sobre o Estado. Isso deverá imprimir

maior transparência e eficiência no gasto público – acredita.

Ao falar ainda sobre inclusão digital, Mercadante destacou a importância de o segundo mandato do governo Lula ter como objetivo estratégico a informatização de todas as escolas públicas, com acesso à internet no sistema de banda larga.

O senador pediu a aprovação do PLS 118/03, que está na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A proposta estabelece o agravamento da pena de adultos que aliciaram menores para práticas criminosas.

Mão Santa relata participação em conferência

Ao comunicar que representou o Senado, no período de 28 a 30 de novembro, em Roma, na 4ª Sessão da Conferência Interparlamentar sobre Direitos Humanos e Liberdade Religiosa, o senador Mão Santa (PMDB-PI) lamentou o fato de que atualmente pessoas ainda se matem em nome de Deus. O parlamentar defendeu a necessidade de cada religião ser



Mão Santa: Maquiavel foi pioneiro na idéia de separar governo de Estado

respeitada e destacou o papel de Nicolau Maquiavel como um dos primeiros a trabalhar pela separação entre governo e Estado.

– O mundo político começou a pensar com Maquiavel e o seu

livro, *O príncipe*. Ele terminou condenado injustamente pela Igreja. Sua vida toda foi servindo ao governo, Maquiavel era secretário dos governantes. Teve a sabedoria de fortalecer os governos separando-os da Igreja, dos papas que dominavam a Itália. Esse foi o motivo de sua condenação – afirmou.

Mão Santa também registrou que, no convívio com pessoas de outros países que participaram do encontro, percebeu que o Brasil tende a deixar de ser destino turístico em razão da violência.



“Não é possível que o Brasil passe por essa vergonha”, diz Heráclito

Heráclito cobra providências contra crise em aeroportos

Heráclito Fortes (PFL-PI) protestou em Plenário contra as paralisações que ocorreram ontem em aeroportos do país. Ele citou como exemplo o caso do aeroporto de Brasília, que suspendeu

pousos e decolagens durante parte do dia.

Na avaliação do senador, a situação vem se agravando “sem que providências enérgicas sejam tomadas”.

– Não é possível que o Brasil passe por essa vergonha, com aviões parados e empresários que não podem se deslocar – protestou o parlamentar, acrescentando que “ninguém acredita que se pode investir neste país, porque não há a certeza de que se vai chegar ao seu destino final”.

Além de Brasília, outros aeroportos enfrentaram problemas ontem, aparentemente relacionados a falhas nos sistemas de comunicação, o que provocou atrasos em diversos vôos.

– Estamos vivendo sob um caos na aviação brasileira – assinalou Heráclito.

Demostenes rejeita ação do MEC contra universidade

Demostenes Torres (PFL-GO) criticou ontem o Ministério da Educação (MEC) por ter divulgado decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) do Rio de Janeiro que cassou liminar que permitia à Universidade Salgado de Oliveira (Universo) funcionar em outras cidades brasileiras além de Niterói e São Gonçalo, no Rio de Janeiro.

O senador acusou o MEC de gastar dinheiro público, “através do uso de seus servidores e material”, para divulgar nota oficial informando que a



Demostenes: ministério gasta dinheiro público para divulgar decisão do TRF

liminar judicial que autorizava o funcionamento da Universo em Goiânia, Salvador, Recife e Brasília havia sido cassada.

Demostenes leu nota do ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal, na qual o magistrado critica o MEC por impedir a instalação de novos campi da Universo.

Antonio Carlos reitera críticas a Mino Carta

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) reiterou ontem as críticas ao jornalista Mino Carta, diretor de redação da revista *Carta Capital*, que, em sua última edição, publicou reportagem intitulada “O desmonte do carlismo”. O senador afirmou que o jornalista já fez parte dos mais diversos veículos de comunicação do país e “foi posto para fora por sua falta de compostura” e que, agora, é “subvencionado pelo governo”.

– Não podemos permitir que a Petrobras seja tratada como braço político do PT, direcionando recursos para empresas que ajudam a derrotar candidatos de partidos adversários do governo – protestou.



Para Antonio Carlos Magalhães, Mino Carta é “subvencionado pelo governo”

Sobre o prêmio Jornalista do Ano, concedido a Mino Carta pela Associação dos Correspondentes de Imprensa Estrangeira, Antonio Carlos disse que só poderia ter sido oferecido por jornalistas de fora do Brasil, que não conhecem a realidade do país. O parlamentar entendeu como “provação” a atitude da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que, pouco antes, havia cumprimentado Mino Carta pelo prêmio.



Heráclito (D) preside reunião em que foram sabatinados Oliveira Filho e Dib Tachy (E)

Comissão aprova indicação de diretores da ANTT e do Dnit

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem a recondução de Francisco Oliveira Filho ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a indicação de Wagner de Carvalho Garcia para diretor do mesmo órgão. Foi ainda aprovado o nome de Michel Dib Tachy para dirigir o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).

Durante a sabatina, o presidente da CI, Heráclito Fortes (PFL-PI), concordou com a sugestão de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para que o presidente Lula tome para si a tarefa de resolver o problema do transporte no Brasil e evitar o “apagão, que vai das estradas até o tráfego aéreo”.

César Borges (PFL-BA) argumentou que o país perde R\$ 46 bilhões por ano com a precariedade dos transportes, e disse que “não

é possível continuar responsabilizando os governos passados”.

Francisco Oliveira Filho, cuja indicação recebeu parecer favorável de Leonel Pavan (PSDB-SC), destacou avanços no setor ferroviário, no qual foram investidos, segundo informou, R\$ 21 bilhões em 2005.

Wagner Garcia ressaltou, porém, que, no setor rodoviário, a rede de estradas precisa de investimentos para restauração e não apenas “de operação tapa-buracos”. Jonas Pinheiro (PFL-MT) foi o relator da sua indicação.

Já Michel Dib Tachy afirmou que, desde a década de 1960, a prioridade de todos os governos tem sido o setor rodoviário. O setor hidroviário, no Dnit, tem orçamento mínimo, segundo ele. A indicação de Dib Tachy recebeu parecer favorável do relator, Sibá Machado (PT-AC).

Aelton lembra o aniversário da Fecomércio-MG

Aelton Freitas (PL-MG) parabenizou a Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais (Fecomércio-MG) pelos seus 68 anos de fundação, comemorados na segunda-feira. Ele ressaltou que a entidade conta com 42 sindicatos filiados ou conveniados.

O objetivo da federação, frisou o senador, é fortalecer o segmento de comércio de bens, serviços e turismo no estado.

A Fecomércio é também responsável pela organização e administração do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em Minas Gerais.

– O Senac oferece atualmente 400 cursos de aprimoramento nos setores de comércio, serviço e turismo – destacou o senador.

Paim propõe aposentadoria especial para taxistas

Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto para estender aos motoristas profissionais de táxi os benefícios de aposentadoria especial, após 25 anos de trabalho contínuo e comprovado.

De acordo com a proposta (PLS 289/06), a aposentadoria especial concedida aos taxistas será de 100% do salário-benefício.

Em sua justificativa, Paim explica que o trabalho de profissional de táxi deve ser considerado prejudicial à saúde se o exercício dessa atividade for contínuo por um período superior a 25 anos.

A proposta está em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) foi designada relatora.

Presidentes do Senado, da Câmara e do TCU assinam ato conjunto para a realização do 2º curso de pós-graduação em Orçamento Público e Controle Externo

Renan diz que mérito é principal critério para cargos públicos

Ao assinar com os presidentes da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e do Tribunal de Contas da União (TCU), Guilherme Palmeira, ato conjunto para a realização do 2º curso de pós-graduação em Orçamento Público e Controle Externo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que, em todas as esferas da administração pública, o conceito de mérito vem paulatinamente substituindo formas hoje ultrapassadas, injustas e ilícitas de preenchimento de cargos públicos.

– Casos de favorecimento são cada vez mais raros e, quando vêm a conhecimento, são prontamente remediados pelas autoridades competentes. Resultado disso é o perfil atual de nosso funcionalismo. No Senado, na Câmara e no TCU, contamos com um quadro funcional altamente qualificado.

Renan afirmou que os concursos públicos são realizados com frequência e que o aprimoramento dos recursos humanos incorporou-se, definitivamente,

na cultura organizacional do serviço público.

Na opinião do senador, os órgãos da administração rapidamente perceberam a necessidade de eles próprios fornecerem os conteúdos necessários ao aprimoramento profissional de seus servidores, já que muitos conhecimentos exigidos para o desempenho de funções públicas são bastante específicos.

– Surgiram, assim, no âmbito de vários órgãos públicos, institutos de excelência para aperfeiçoar os recursos humanos do poder estatal. No âmbito do Legislativo, destaco o Instituto Legislativo Brasileiro, a Universidade do Legislativo Brasileiro e o programa Interlegis, os três do Senado.

Ele observou ainda que essa capacitação estende-se a servidores habilitados em órgãos como o Instituto Serzedello Corrêa, do TCU, e o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara.

O presidente do Senado lembrou que a Casa acaba de ganhar

o Prêmio Brasil de Tecnologia da Informação, por ter desenvolvido a ferramenta Siga Brasil. Ele explicou que, com esse instrumento, qualquer cidadão pode, pela internet, saber quanto se arrecada e quanto se gasta no governo.

– Isso é cidadania. A Comissão Mista de Orçamento deve usar cada vez mais essa ferramenta.

Num rápido balanço das atividades do ano, Renan Calheiros disse que o Senado está efetivamente contribuindo com políticas públicas para o aperfeiçoamento institucional do Brasil. E acrescentou: “No que depender do seu presidente, esse papel será ainda mais exercido, com a parceria de todos aqui reunidos”.

Na solenidade, Guilherme Palmeira destacou que o convênio entre Senado, Câmara e TCU já vem dando bons resultados. Aldo Rebelo frisou que o maior significado do ato ali assinado é que essas instituições estão trabalhando não apenas para os desafios que o Brasil enfrenta no presente, mas para os que viverá no futuro.

Ministério dos Transportes condecora personalidades

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na manhã de ontem, das mãos do ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, a Medalha do Mérito Mauá.

Renan foi condecorado na categoria Serviços Relevantes. Junto com o senador, foram agraciados o presidente da Câmara, Aldo Rebelo; os ministros da Defesa, Waldir Pires; das Relações Exteriores, Celso Amorim; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan; e das Cidades, Márcio Fortes, além de outras autoridades.

A solenidade foi realizada no Clube do Exército, em Brasília. Na ocasião, o ministro Paulo Sérgio Passos falou da importância que o governo dá ao setor, antecipando um horizonte de avanços para os transportes no país.

Instituída em 1965, a Medalha do Mérito Mauá foi extinta no governo de Fernando Collor e restabelecida em 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso.



Renan (E) recebe a Medalha do Mérito Mauá, na categoria Serviços Relevantes

A comenda simboliza um reconhecimento ao patrono dos transportes, Visconde de Mauá, e é dividida nas categorias Cruz Mauá e Serviços Relevantes.

Recebem a Cruz Mauá aqueles que tenham participado com “valiosa cooperação para a concretização dos objetivos previstos nos planos e programas de trabalho do setor de transportes e aqueles

que, pelo profundo conhecimento de técnicas próprias de suas atividades, hajam apresentado contribuição efetiva à elevação do nível de eficiência do serviço”.

Na categoria Serviços Relevantes são agraciados aqueles “que trabalharam de modo superior à natural expectativa para a expansão e o aperfeiçoamento dos transportes no Brasil”.

Ideli manifesta pesar pela morte de sambista de SC

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou à Mesa do Senado requerimento de voto de pesar pelo falecimento, segunda-feira passada, do sambista João Batista Almeida, conhecido como Tião, personalidade da cena artística de Santa Catarina.

Ideli lembrou a vinda de Tião ao Senado Federal no dia 2 de dezembro de 2004, quando participou de sessão em homenagem ao Dia Nacional do Samba ao lado de artistas de renome nacional, como Neguinho da Beija-Flor. A senadora disse que Tião era uma figura querida do cenário musical catarinense.

Após enviar condolências à família do músico, que morreu aos 72 anos, vítima de parada cardíaca, Ideli registrou a publicação do artigo “Não deixem o samba morrer”, de autoria da jornalista catarinense Ângela Bastos, em homenagem ao sambista.



Mozarildo lembra manifesto dos maçons pedindo apuração de casos de corrupção

Mozarildo destaca a contribuição da Maçonaria ao país

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) homenageou ontem, em discurso, a atuação da Maçonaria brasileira. O senador ressaltou a participação dos maçons em movimentos importantes da vida do país, como a luta pelo fim da escravidão, pela Independência e pela Proclamação da República.

O parlamentar lembrou que, por ocasião dos escândalos de corrupção no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2005, a Maçonaria lançou manifesto pedindo investigação aprofundada, sem, no entanto, fazer julgamentos. Mozarildo relatou ainda em seu pronunciamento encontro recente de maçons em Brasília, em que foi debatido o interesse internacional sobre a Amazônia e a intenção de mantê-la como “reserva estratégica” de outros países.

Autor do projeto, Marcos Guerra afirma que interesse por negócios pode ser estimulado no meio escolar. Em discurso no Plenário, Ney Suassuna aplaude aprovação da iniciativa

Ensino médio poderá incluir noções de empreendedorismo

O empreendedorismo, neologismo usado para designar a capacidade de realização no gerenciamento de negócios, poderá tornar-se disciplina extracurricular nos ensinos médio e profissionalizante do país, conforme estabelece projeto aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação (CE). De autoria do senador Marcos Guerra (PSDB-ES), a proposta recebeu emenda do relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), retirando o ensino fundamental e incluindo o profissionalizante.

Na justificativa do projeto (PLS 273/06), Marcos Guerra argumenta que diversas competências ligadas à valorização do potencial empreendedor podem ser adquiridas e estimuladas no meio escolar. Já Azeredo observou que o empreendedorismo em tudo se coaduna com o presente e o futuro da Humanidade, em que o conhecimento compartilhado exige de cada um a participação ativa nos processos educativos e econômicos e a capacidade de decidir e tomar iniciativas.

Outra proposta aprovada pela comissão dá ao Aeroporto In-



Wellington Salgado (E) dirige reunião da Comissão de Educação que aprovou proposta

ternacional de Belém o nome de Júlio Cezar Ribeiro de Souza, que realizou experiências com balões. De autoria de Ana Júlia Carepa (PT-PA), a proposição (PLS 326/05) depende ainda de votação em turno suplementar.

Foi aprovada também a realização de audiência pública da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, em conjunto com a Comissão de Educação, para iniciar debates sobre a nanotecnologia. O requerimento é dos senadores Augusto Botelho (PDT-RR), Roberto Saturnino (PT-RJ) e Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS).

Suassuna

Em discurso no Plenário, Ney Suassuna comemorou a aprovação da proposta sobre noções de empreendedorismo nos ensinos médio e profissionalizante.

– Se conseguirmos aumentar o número de empreendedores nessas novas gerações, com toda certeza seremos um país de futuro melhor – afirmou.

Suassuna criticou o sistema educacional do país por disponibilizar muitas vezes aos estudantes conhecimentos apenas superficiais, dos quais, segundo o parlamentar, é difícil tirar proveito prático.

Aprovada a criação de fundo para produção de audiovisual

A Comissão de Educação aprovou ontem parecer favorável a projeto oriundo da Câmara que cria o Fundo Setorial Audiovisual, destinado a financiar filmes, vídeos e projetos do setor. A proposição segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, a pedido do relator, Ney Suassuna (PMDB-PB), tramitará em regime de urgência. Ele acredita que a matéria será votada ainda hoje na CAE.

O projeto (PLC 114/06) precisa ser aprovado pelo Senado até o fim do ano, uma vez que os incentivos fiscais para a produção audiovisual previstos na legislação terminam no dia 31. O novo instrumento seria criado no âmbito do Fundo Nacional de Cultura (FNC), instituído pela Lei Rouanet.

A proposta aprovada na CE permite que empresas de radiodifusão e programadores nacionais de TV por assinatura possam usar parte do Imposto de Renda devido sobre remessas de recursos ao exterior na co-produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente.

O projeto também amplia, até 2016, a vigência de incentivos na Lei do Audiovisual, que se extinguem no fim do ano. Assim, fica mantida a dedução no Imposto de Renda de pessoas físicas ou jurídicas de quantias destinadas ao patrocínio de produção de obras cinematográficas nacionais independentes.

Pais separados terão dados sobre desempenho do filho

Parecer favorável do senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) a projeto que obriga as instituições de ensino a enviarem informações escolares a pais ou responsáveis que não convivam com os estudantes foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). As informações devem abranger a frequência e o rendimento dos alunos, e a execução da proposta pedagógica da escola. O autor da proposta é Cristovam Buarque (PDT-DF).

Segundo o relator, o projeto (218/06) objetiva garantir a pais separados o direito de acesso às informações necessárias para continuarem exercendo seu papel como educadores. A iniciativa altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e foi aprovada por unanimidade na CE.

Na mesma reunião, Paulo Paim (PT-RS) pediu vista do projeto (PLS 5/04) de Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) que inclui a prestação de serviço social como forma de amortização de empréstimos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

A Comissão de Educação também aprovou parecer do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) favorável a projeto da Câmara (PLC 92/06) que institui o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar, a ser celebrado em 18 de novembro.

Pré-estréia de filme sobre Floriano será no Congresso

O Congresso Nacional sediará a pré-estréia do documentário *A Esfinge – Floriano Peixoto*, que será exibido hoje, às 20h, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. O convite para a exibição do filme, dirigido pelo jornalista Jorge Oliveira, é assinado pelos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo.

A Esfinge – Floriano Peixoto conta a história da queda da Monarquia (1822-1889) e da ascensão de Deodoro da Fonseca, relembra o governo de Floriano Peixoto (1891-1894) e também revela episódios da Guerra do Paraguai (1865-1870) – períodos até então nunca abordados na cinematografia brasileira.

O documentário foi filmado em três estados brasileiros – Alagoas, Rio de Janeiro, Santa Catarina – e no Distrito Federal. Com 60 minutos de duração, o documentário reúne depoimentos de historiadores e pesquisadores de várias universidades. O filme tem narração do ator José Wilker e a trilha sonora ficou a cargo do maestro Jorge Antunes.

Festival natalino vai comemorar dez anos do Coral do Senado

Em comemoração aos dez anos de criação do Coral da Casa, será promovido o I Festival de Coros Natalinos do Senado Federal. A abertura oficial do evento será às 17h da próxima terça-feira, com as apresentações do coro Cantus Firmus e do Coral do Senado, no Salão Negro do Congresso Nacional. O festival reunirá coros tradicionais do Distrito Federal, como o Coral Marista, o Primo Canto, o Coro Feminino Cantares e o El Shaddai, da Igreja Batista Central de Brasília. Para o dia 13, estão programadas apresentações itinerantes de vários coros, no Serviço Médico, no Prodasen, na Seep e no Espaço Ivandro Cunha Lima (Anexo D).

O encerramento do festival, no dia 14, às 20h30, ocorrerá na Sala Martins Penna do Teatro Nacional, com a participação de todos os corais. Nesse espetáculo, haverá ainda uma apresentação especial do Coral do Senado para registrar os seus dez anos de existência, acompanhado por orquestra especialmente formada para essa homenagem, com participação de 22 músicos da cidade.